



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**

**Processo nº 223877/2019**

**Jurisdição: Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF**

**Assunto: Edital de Concurso Público**

**Ementa:** Concurso Público para o provimento de vagas no cargo de Escrivão de Polícia da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, regulado pelo Edital nº 1 – PCDF, publicado no DODF de 05/12/2019. Decisão Liminar nº 012/2019 – P/AT, referendada pela Decisão nº 1/2020: diligência para retificação do edital. Cumprimento parcial de diligência. Superveniência da Lei nº 6488/2020. Decisão nº 255/2020: nova diligência. Decisão nº 2324/2020: conhecimento das medidas implementadas pela jurisdicionada, de editais publicados e da decisão liminar proferida na ACP nº 0702896-51.2020.8.07.0018, bem como autorização para continuidade do acompanhamento do certame. Decisão nº 395/2023 proferida no Processo nº 00600-00000696/2023-09: direciona para o presente feito a análise da Representação inaugural daqueles autos sobre os efeitos do RE nº 1330817/DF, decorrente da ADI nº 0711311-77.2020.8.07.0000, sobre a declaração incidental da inconstitucionalidade da Lei nº 6488/2020 na Ação Civil Pública nº 0702896-51.2020.8.07.0018, que suspendeu os efeitos do disposto no item III, “b”, da Decisão nº 255/2020.

- tomar conhecimento dos editais publicados e das peças relacionadas ao RE nº 1330817/DF.
- informar à Representante o deslinde do RE no STF e as consequências no presente certame.
- restituir os autos à SEFIPE para continuidade do acompanhamento.

Senhor Diretor,

Versam os autos acerca do Edital nº 1 – PCDF, publicado no DODF de 05/12/2019, que divulgou a realização de concurso público para o provimento de vagas no cargo de Escrivão de Polícia da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal (Peça 1).

2. A fim de contextualizar a atual fase, torna-se oportuno apresentar histórico das decisões até aqui proferidas.

3. Na análise inicial, a Decisão Liminar nº 012/2019 - P/AT, de 23/12/2019 (peça 7), referendada pela Decisão nº 1/2020 (peça 12), determinou a correção de alguns pontos do edital.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**

4. Num segundo momento, o Tribunal proferiu a Decisão nº 255/2020, de 06/02/2020 (peça 22), nos termos seguintes:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento dos Ofícios nºs 17 e 41/2020-PCDF/DGPC/ASS e anexos (e-docs CEA65A12-c, 5CFAAC96-c e 12F488A6-c), encaminhados pela Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF; II – ter por parcialmente cumprida a Decisão Liminar nº 012/2019-P/AT, referendada pela Decisão nº 1/2020; III – determinar à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF que, **no prazo de 10 (dez) dias**, relativamente ao Edital nº 1-PCDF, publicado no DODF de 05.12.2019: a) inclua o cronograma de nomeações (número de provimentos por determinado lapso temporal, por exemplo), conforme exige o art. 10, inciso II, “in fine”, da Lei nº 4949/12, esclarecendo à jurisdicionada que o cronograma a ser divulgado é passível de modificação a qualquer tempo, podendo adaptar-se às condições econômicas, financeiras e orçamentárias da Administração, se assim for necessário, tendo em vista que o disposto no subitem 20.6, incluído no edital normativo pelo Edital 2-PCDF (DODF de 24.12.2019), não atende ao referido dispositivo legal; b) exclua do edital o subitem 19.1.5, que considera eliminados do concurso os candidatos não convocados para a matrícula no Curso de Formação Profissional – CFP nas classificações que especifica, em obediência ao art. 16-A da Lei nº 4949/2012, acrescido pela Lei nº 6488/2020, publicada no DODF de 17.01.2020; IV – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para o acompanhamento do certame”.*  
(sublinhou-se)

5. Em decorrência dessa decisão, o MPDFT ajuizou a Ação Civil Pública - ACP nº 0702896-51.2020.8.07.0018, com a intenção de suspender os efeitos do item III.b.

6. No âmbito do TJDF, o *parquet* logrou êxito em obter liminar, em 02/05/2020, neste sentido:

*“Isto posto, DEFIRO a LIMINAR para SUSPENDER a parte (Item “b”, ID 62175552) dos efeitos da decisão n.º 255/2020 do TCDF, que determinou à*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**

*Polícia Civil do DF que exclua o subitem 19.1.5, para que seja mantida a cláusula de barreira prevista no edital, que considera eliminados do concurso os candidatos não convocados para a matrícula no Curso de Formação Profissional – CFP, em razão da manifesta inconstitucionalidade (fundamento da decisão) da lei distrital n.º 6.488/2020”.*

7. Por conseguinte, o TCDF, em 24/06/2020, proferiu a Decisão nº 2324/2020 (peça 35), a última constante do presente feito, *verbis*:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Ofício nº 112/2020 – PCDF/DGPC/ASS (peça 25), encaminhado pela Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, em atenção à Decisão nº 255/2020; b) dos editais consubstanciados nas peças 26/30; c) da decisão liminar proferida em sede da Ação Civil Pública nº 0702896-51.2020.8.07.0018, proposta pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT, que declarou incidentalmente a inconstitucionalidade da Lei nº 6488/2020 e suspendeu os efeitos do disposto no item III, “b”, da Decisão nº 255/2020; II – considerar atendida a diligência objeto do item III.a da Decisão nº 255/2020; III – autorizar o retorno dos autos à SEFIPE, para o acompanhamento do certame”.*

*(sublinhou-se)*

8. Compulsando a ACP em questão, verifica-se que a sentença, de 25/06/2020, confirmou a liminar, declarou, *“de forma incidental, a inconstitucionalidade material da Lei Distrital nº 6488/2020, que fundamentou a decisão do TCDF, publicada no DODF em 17/01/2020”* e anulou *“parte da decisão nº 255/2020 do TCDF (Item “b”, ID 62175552), que determinou à PCDF que exclua o subitem 19.1.5, para que seja mantida a cláusula de barreira prevista no edital, que considera eliminados do concurso os candidatos não convocados para a matrícula no Curso de Formação Profissional – CFP”.*

9. O Distrito Federal apelou contra essa sentença, sem êxito, consoante o acórdão a seguir, de 02/09/2021:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**

*“APELAÇÃO E REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONCURSO DA PCDF. DECISÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF. CLÁUSULA DE BARREIRA. INCONSTITUCIONALIDADE INCIDENTAL DA LEI 6.488/2020. CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE. CONSELHO ESPECIAL. SENTENÇA MANTIDA.*

*1. O Ministério Público do Distrito Federal ajuizou Ação Civil Pública objetivando a anulação de Decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal a qual determinou a aplicação da Lei 6.488/2020 ao Concurso para o cargo de Escrivão da Polícia Civil do Distrito Federal.*

*2. Com o julgamento de inconstitucionalidade da Lei 6.488/2020, em sede de controle abstrato, pelo Conselho Especial, não há como ser mantida a Decisão proferida pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal. Pendente o julgamento de Recurso Extraordinário, sem efeito suspensivo.*

*3. Por outro lado, o Parquet demonstrou a ilegalidade da aplicação da legislação inconstitucional ao concurso em andamento, porquanto houve criação de despesa pública sem orçamento correspondente, uma vez que o Contrato de Prestação de Serviços firmado com a organizadora do Concurso somente previu a ocupação de 300 (trezentas) vagas com custos a serem abarcados pela taxa de inscrição.*

*4. Apelação e Remessa Necessária conhecidas e não providas”.*  
(sublinhou-se)

10. Essa demanda judicial transitou em julgado em 05/11/2021. Porém, como noticiado pelo acórdão, existe ação de inconstitucionalidade decidida pelo Conselho Especial que se refere à ADI nº 0711311-77.2020.8.07.0000, de iniciativa do Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios, cujo acórdão, de 22/09/2020, possui a seguinte ementa:

*“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI DISTRITAL Nº 6.488/2020 QUE ACRESCENTA DISPOSITIVO À LEI DISTRITAL Nº 4.949/2012. VAGAS E REGRAS PARA APROVAÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENHOR GOVERNADOR PARA A INICIATIVA DE LEIS QUE DISPONHAM SOBRE OS SERVIDORES PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, SEU REGIME*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**

*JURÍDICO E O PROVIMENTO DE CARGOS. VÍCIOS FORMAL E MATERIAL. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.*

*Procedência da alegação de inconstitucionalidade formal a contaminar toda a Lei Distrital nº 6.488, de 2.534, de 14/01/2020, porque é da iniciativa de deputado distrital, quando, de acordo com o artigo 71, § 1º, inciso II, da Lei Orgânica do Distrito Federal, reclama projeto de lei da iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.*

*Ao ampliar o universo de vagas nos concursos públicos, tornando classificados ("não eliminados" na letra da lei) os candidatos "que não tenham sido classificados entre o quantitativo de vagas disponibilizadas", a lei impugnada está dispondo sobre o ingresso de servidores públicos do Distrito Federal, sobre o provimento por eles de cargos.*

*Compete privativamente ao Senhor Governador do Distrito Federal a iniciativa de leis que disponham sobre os servidores públicos do Distrito Federal, seu regime jurídico e o provimento de cargos.*

*A sanção pelo Chefe do Poder Executivo não implica convalidação do vício original de inconstitucionalidade resultante da usurpação do poder de iniciativa do processo legislativo, conforme jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (ADI 2442/RS) e deste Tribunal de Justiça (ADI 2017002008970-7).*

*A lei impugnada mostra-se, também, materialmente inconstitucional, já que desconsidera princípios que regem a administração pública e o próprio princípio da vinculação ao edital (princípio implícito decorrente diretamente do art. 19, II, da LODF), criando novos critérios de aprovação e classificação e prevendo, inclusive, a sua aplicação imediata "aos concursos em andamento e aos certames que se encontram dentro do prazo de validade ou de sua prorrogação".*

*Julgado procedente o pedido e declarada, com efeitos ex tunc e eficácia erga omnes, a inconstitucionalidade da Lei Distrital nº 6.488, de 14/01/2020".*

*(sublinhou-se)*

11. Sobre essa decisão, o Governador do Distrito Federal e a Procuradoria-Geral do Distrito Federal manejaram embargos de declaração, que



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**

foram conhecidos e não providos, consoante Acórdão de 07/12/2020. Ato contínuo, novamente o Governador do Distrito Federal e a Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal interpuseram Recurso Extraordinário, que foi admitido e autuado como RE nº 1330817 junto ao Supremo Tribunal Federal.

12. Naquela Suprema Corte, em decisão monocrática, de 11/02/2022, o Relator deu parcial provimento aos recursos. Eis alguns excertos da decisão:

*“(...) O art. 61, §1º, inciso II, “c”, da Constituição da República, refere-se a competência de iniciativa legislativa que disponha sobre o provimento de cargos públicos, seu regime jurídico, estabilidade e aposentadoria. Mais especificamente acerca do provimento de cargos públicos, essa norma constitucional refere-se a requisitos e condições de provimento dos cargos, não podendo pretender-se uma interpretação extensiva que abarque a matéria relativa à classificação e eliminação de candidatos em concurso público, que é etapa anterior ao efetivo provimento.*

*Não há falar em reserva da iniciativa parlamentar para além das hipóteses taxativamente previstas no texto da Constituição da República Federativa ou Estaduais, por força do princípio da simetria. Os diplomas legais que não criam ou alteram a estrutura ou a atribuição de órgãos da Administração Pública, nem tratam do regime jurídico de servidores públicos, não usurpam a iniciativa do Chefe do Poder Executivo.*

*Reitero que a regra classificatória de concurso público é matéria que não se enquadra na competência do Chefe do Executivo (art. 61, §1º, inciso II, “c”, CF).*

*(...)*

*Já no tocante à aplicação imediata da lei aos concursos em andamento e aos certames que se encontram dentro do prazo de validade ou de sua prorrogação, vislumbro potencial inconstitucionalidade.*

*A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que, após a publicação de edital e durante a realização do certame, a alteração das regras do processo seletivo só pode ser concebida se houver modificação na legislação que disciplina a carreira pública que é objeto do concurso, o que não ocorre nestes autos.*

*(...)*





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**

*Concluo, assim, que o art. 2º da Lei Distrital nº 6.488/20 somente pode incidir sobre os certames cujo edital não disponha de forma diversa, tendo as regras editalícias prevalência sobre posterior alteração legislativa.*

*Ante o exposto, dou parcial provimento aos recursos extraordinários, nos termos do art. 932, V, “b”, do CPC, para reformar o acórdão recorrido”.*

*(sublinhou-se)*

13. Insatisfeito, o Governador do Distrito Federal manejou Agravo Regimental, juntado como peça 77, e o acórdão do julgamento foi assim ementado, em 13/03/2023 (peça 78):

*“Ementa: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ALTERAÇÃO LEGISLATIVA. REGRAS PROCESSO SELETIVO. APLICAÇÃO IMEDIATA. IMPOSSIBILIDADE. DESPROVIMENTO DO AGRAVO REGIMENTAL.*

*1. Após a publicação de edital e durante a realização do certame, a alteração das regras do processo seletivo só pode ser concebida se houver modificação na legislação que disciplina a carreira pública que é objeto do concurso.*

*2. Agravo regimental a que se nega provimento”.*

14. Pela pertinência com o edital sob exame, torna-se oportuno trazer à colação o voto condutor do acórdão retrotranscrito:

*“Observe, de partida, que a parte recorrente não trouxe novos argumentos com aptidão para infirmar a decisão ora agravada.*

*A questão relativa à aplicação imediata da lei distrital aos concursos públicos já em andamento ou ainda dentro de seu prazo de validade foi devidamente enfrentada pelo acórdão ora recorrido.*

*Conforme consignado em sede monocrática, após a publicação de edital e durante a realização do certame, a alteração das regras do processo seletivo só pode ser concebida se houver modificação na legislação que disciplina a carreira pública que é objeto do concurso. Isso porque as regras editalícias têm prevalência sobre posterior alteração legislativa.*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**

Ressalta-se que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal se firmou no sentido da impossibilidade de alteração das normas do edital no decorrer do processo seletivo, excepcionando-se os casos em que há alteração legislativa que disciplina a respectiva carreira. Neste sentido os seguintes precedentes: ARE 693.822 AgR, Rel. Min. Rosa Weber, Primeira Turma, DJe 24.06.2014 e RE 775.344 AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Segunda Turma, DJe 14.02.2014.

Como reconhece o próprio agravante, no presente caso, não restou configurada tal excepcionalidade. Não houve edição de lei que disciplinasse as carreiras afetadas, mas sim “de uma norma geral instituída para os certames realizados no âmbito do Distrito Federal, que, alcança, como regra, todas as carreiras deste ente distrital”.

No julgamento do RE 598.099, Rel. Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, DJe 03.10.2011 (Tema 161), esta Suprema Corte reconheceu que “o dever de boa-fé da Administração Pública exige o respeito incondicional às regras do edital, inclusive quanto à previsão das vagas do concurso público”.

Assim, publicado o edital, este passa a configurar verdadeiro limite à Administração, que fica não só adstrita ao seu conteúdo, mas também impedida de agir em contrário ao ali previsto, em surpresa ao administrado. A modificação posterior de norma do certame viola os princípios da segurança jurídica e da confiança.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo regimental”.

(sublinhou-se)

15. A atual fase do RE nº 1330817 é de intimação do Procurador-Geral da República sobre o acórdão referente ao Agravo Regimental.

16. Superados esses esclarecimentos sobre as medidas judiciais, a Decisão nº 395/2023, proferida no Processo nº 00600-00000696/2023-09, deliberou (peça 40):

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. conhecer da Representação, vez que presentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 230 do RI/TCDF, sem a concessão da cautelar pleiteada; II. esclarecer à Representante da CLDF, Deputada





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**

Distrital Jane Klebia do Nascimento Silva, signatária da exordial, que a análise quanto aos efeitos do RE 1.330.817/DF sobre a declaração incidental da inconstitucionalidade da Lei nº 6488/2020 na Ação Civil Pública nº 0702896-51.2020.8.07.0018, proposta pelo MPDFT, que suspendeu os efeitos do disposto no item III, “b”, da Decisão nº 255/2020 será levada a efeito nos autos do Processo nº 223.877/2019, que trata do Edital nº 1/2019, acerca do concurso público para o provimento de vagas no cargo de Escrivão de Polícia, da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF;  
III. determinar a juntada da representação, bem como da Informação n.º 7/2023 – GAB/SEFIPE, aos autos do Processo nº 223.877/2019, a fim de subsidiar o exame indicado no item anterior; IV. autorizar o retorno dos autos à SEFIPE, para fins de arquivamento”.

(sublinhou-se)

17. A citada Representação da parlamentar (peça 38) discorreu sobre o Edital nº 01/2019 da PCDF, objeto deste feito; citou as medidas judiciais abordadas na presente peça; referiu-se a outros certames; expôs fundamentos legais; e, ao final, requereu:

“(…)B) **Conceda** a medida cautelar de ratificação de suspensão da eficácia da cláusula restritiva 19.1.5, de modo que os candidatos aprovados nas fases da primeira etapa do concurso de Escrivão de Polícia do Distrito Federal **não sejam sumariamente eliminados** do certame na convocação para o Curso de Formação Profissional, sendo possível, consequentemente, a convocação - oportune tempore - para que participem do curso de formação profissional por se tratar da segunda etapa do concurso público, ficando considerados como de cadastro de reserva para o preenchimento das vagas previamente determinadas no Edital ou conforme a conveniência e necessidade da Administração e do Órgão;

C) Ainda, **em caráter cautelar**, seja oficiada a Polícia Civil do DF para que **apresente informações referentes a dotação orçamentária a fim de custear as despesas relativas ao pagamento de bolsa auxílio, bem como aquisição de material de consumo para realização do curso de formação dos referidos candidatos**, considerando o orçamento para exercício **financeiro de 2023**.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**

C) **Conceda** efeito extensivo nas decisões do TRIBUNAL conforme DECISÕES proferidas no caso dos concursos públicos da PMDF e Peritos da PCDF (decisões Nº 2273/2021, Nº 3758/2021 e Nº 4792/2021) que tratam do MESMO PEDIDO E CAUSA DE PEDIR, determinando, assim, o afastamento/retificação da aplicação da regra do item 19.1.5 do Edital nº 1/2019 do cargo de Escrivão, para que os candidatos além das vagas aprovados em todas as fases da primeira etapa fiquem como cadastro de reserva e possam ser convocados para o Curso de Formação Profissional (CFP), com determinação para que a PCDF, caso necessário, **proceda aos ajustes orçamentários necessários para viabilizar o curso de formação nos termos em que pretendidos.**

D) **Informe** que, havendo vagas e interesse público de convocar novos candidatos para atender à necessidade de pessoal da Instituição PCDF, nos termos da lei 4.949/2012 e da Lei nº 6.166/2018, pode-se afastar a aplicação da regra constante dos itens 19.1.5 do Edital nº 1/2019 do cargo de Escrivão, ou, subsidiariamente, a possibilidade de **convocação de 25% a mais aprovados** além do número de vagas ofertadas inicialmente e formação de cadastro reserva até o dobro das vagas previstas, nos termos do art. 28, art. 39, §1º e anexo II do decreto 9.739/2019”.

(destaques do original)

18. Como se vê, todo o pedido da Representante baseia-se na possibilidade de aplicação da Lei nº 6488/2020 ao edital sob exame e na suspensão da eficácia da cláusula restritiva contida no subitem 19.1.5, que considera eliminados do concurso os candidatos não convocados para a matrícula no Curso de Formação Profissional – CFP nas classificações que especifica.

19. Ocorre que no RE nº 1330817, a decisão monocrática, ratificada pelo acórdão no Agravo Regimental, foi no sentido de que “após a publicação de edital e durante a realização do certame, a alteração das regras do processo seletivo só pode ser concebida se houver modificação na legislação que disciplina a carreira pública que é objeto do concurso. Isso porque as regras editalícias têm prevalência sobre posterior alteração legislativa”.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**

20. Considerando que o Edital nº 1 - PCDF é de 05/12/2019 e a Lei nº 6488, de 14/01/2022, foi publicada em 17/01/2020, bem como o entendimento do STF, devem prevalecer as regras editalícias sobre a inovação legislativa. Nesse sentido, o subitem 19.1.5 mantém-se hígido no concurso público para o provimento de vagas no cargo de Escrivão de Polícia da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal.

21. Em outras palavras, a Ação Civil Pública nº 0702896-51.2020.8.07.0018 declarou, incidentalmente, a inconstitucionalidade da Lei nº 6488/2020 e suspendeu os efeitos do disposto no item III, “b”, da Decisão nº 255/2020, que determinava a exclusão do subitem 19.1.5, que considerava eliminados do concurso os candidatos não convocados para a matrícula no Curso de Formação Profissional – CFP nas classificações que especificava. Por outro lado, o RE nº 1330817 reconheceu a constitucionalidade formal da norma, porém, no tocante à aplicação imediata da lei aos concursos em andamento e aos certames que se encontram dentro do prazo de validade ou de sua prorrogação, admitiu ser inconstitucional essa previsão. Nesse contexto, embora as decisões pareçam ser antagonistas quanto à constitucionalidade da norma, fato é que ambas as decisões foram no sentido de que a cláusula de barreira prevista no subitem 19.1.5 não possui vício de inconstitucionalidade.

22. Saliente-se que o RE em questão não transitou em julgado, mas, segundo o próprio acórdão do Agravo Regimental, *“a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal se firmou no sentido da impossibilidade de alteração das normas do edital no decorrer do processo seletivo”*.

23. No que tange aos precedentes desta Corte invocados pela nobre parlamentar, cumpre informar, ainda, que decisões que mitigam a cláusula de barreira, como as Decisões nºs 3822/2022, 4903/2022 e Decisão Liminar nº 05/2023 – P/AT, prolatadas no âmbito do Processo nº 00600-00007420/2022-62, estão suspensas em



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**

função de concessão de tutela provisória de urgência na Ação Civil Pública nº 0700219-43.2023.8.07.0018, promovida pelo MPDFT, em trâmite no TJDF.

24. Por fim, o certame disciplinado pelo Edital nº 01/2019 foi questionado sob alguns aspectos, como por exemplo: Processo nº 00600-00009569/2022-86, trata da Representação nº 7/2022-G3P sobre possíveis irregularidades decorrentes da eliminação precoce de candidatos - Pessoas com Deficiência (PcD) – com base na condição física que lhe permitiu concorrer às vagas especiais; e Processo nº 00600-00004770/2022-77, cuidou de denúncia de candidata sobre possível irregularidade na prova prática de digitação, que não teria observado as regras constantes no edital do certame ao apurar o Maior Número de Toques Líquidos (MNTL).

25. Quanto ao acompanhamento do certame, foram juntados os Editais de nº 09/2020 ao de nº 44/2023, peças 41/76, para conhecimento do Plenário, sem nenhuma medida a ser, por ora, sugerida.

Ante o exposto, sugere-se ao e. Plenário:

- I. tomar conhecimento:
  - a) dos Editais de nº 09/2020 ao de nº 44/2023 (peças 41/76), sem que haja medidas a serem sugeridas; e
  - b) do Agravo Regimental interposto pelo Governador do Distrito Federal no RE nº 1330817 (peça 77) e do acórdão do STF ao julgar esse recurso (peça 78).
- II. informar à Deputada Distrital Jane Klebia do Nascimento Silva que a Ação Civil Pública nº 0702896-51.2020.8.07.0018 declarou, incidentalmente, a inconstitucionalidade da Lei nº 6488/2020 e suspendeu os efeitos do disposto no item III, “b”, da Decisão nº 255/2020, que determinava a exclusão do subitem 19.1.5, que considerava eliminados do concurso os candidatos



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**

não convocados para a matrícula no Curso de Formação Profissional – CFP nas classificações que especifica. Por outro lado, o RE nº 1330817 **reconheceu a constitucionalidade formal da norma**, porém, no tocante à aplicação imediata da lei aos concursos em andamento e aos certames que se encontram dentro do prazo de validade ou de sua prorrogação, **admitiu ser inconstitucional essa previsão**. Nesse contexto, embora as decisões pareçam ser antagonistas quanto à constitucionalidade da norma, fato é que ambas as decisões foram no sentido de que a cláusula de barreira prevista no subitem 19.1.5 não possui vício de inconstitucionalidade; e

- III. autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para continuidade do acompanhamento do processo seletivo.

À superior consideração.

Brasília-DF, 20 de abril de 2023.

**José Bernardino Nunes da Silva**  
Auditor de Controle Externo  
Mat. 517-7